

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/26 (PE 90000/26)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/06/2026 às 09:00 (horário de Brasília).

SÍTIO DA REALIZAÇÃO: www.gov.br/compras.

UASG: 461414.

OBJETO: Esta licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para serviços técnicos profissionais de engenharia destinados à **fiscalização, acompanhamento técnico, conferência de medições, emissão de relatórios técnicos e apoio à gestão contratual da retomada da obra de construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III.**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 294.011,18 (duzentos e noventa e quatro mil onze reais e dezoito centavos).

MODO DA DISPUTA: Aberto.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Empreitada por menor preço global.

INTERVALO DE LANCES: R\$ 50,00 (Cinquenta reais).

REGISTRO DE PREÇOS: Não.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP: Não.

RESERVA DE COTA PARA ME/EPP: Não.

ESCLARECIMENTOS: Até o dia 02/06/2026 para os endereços eletrônicos licitacao1@cismepar.org.br e licitacao3@cismepar.org.br.

IMPUGNAÇÕES: Até o dia 02/06/2026 para os endereços eletrônicos licitacao1@cismepar.org.br e licitacao3@cismepar.org.br.

HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO ÓRGÃO: 2ª a 6ª feira, das 8h às 14h.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/26

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/26

I. PREÂMBULO

1.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEPAR, CNPJ nº 00.445.188/0001-81, com sede na Travessa Goiânia nº 152, Londrina/PR, CEP 86020-170, torna pública que realizará licitação autorizada pelo Processo Administrativo nº 008/26, na modalidade **Concorrência Eletrônica sob nº 002/26 (PE 90002/26)**, regida pela Lei Federal nº 14.133/21 e de acordo com as condições fixadas neste instrumento convocatório.

1.2. Os procedimentos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação do CISMEPAR, **Mário Toshio Rodrigues Saito, Renato Aparecido da Silva e Fabiane Ribeiro de Oliveira**, ambos designados nos autos do processo.

1.3. A sessão da concorrência eletrônica será realizada por meio eletrônico, no Sistema de Compras do Governo Federal www.gov.br/compras, conforme datas e horários definidos abaixo:

Data e horário do recebimento das propostas e abertura da sessão pública	até as 09h00 do dia 10/06/26
---	-------------------------------------

II. OBJETO

2.1. A contratação de empresa especializada para serviços técnicos profissionais de engenharia destinados à fiscalização, acompanhamento técnico, conferência de medições, emissão de relatórios técnicos e apoio à gestão contratual da retomada da obra de construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência Anexo I deste edital e na tabela a seguir:

LOTE ÚNICO				
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA DESTINADOS À FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, CONFERÊNCIA DE MEDIÇÕES, EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS E APOIO À GESTÃO CONTRATUAL DE OBRA.	UND.	01	R\$ 294.011,18
Valor Máximo: R\$ 294.011,18 (duzentos e noventa e quatro mil onze reais e dezoito centavos).				

2.2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Sistema ComprasGov e as especificações constantes deste edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

2.2. Os preços máximos de referência para o certame, unitários e totais, são os descritos na tabela acima.

2.3. A licitação será realizada por empreitada por **menor preço global**.

III. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, e poderão ser feitas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por qualquer cidadão ou licitante.

3.2. O pedido de esclarecimento e a impugnação deverão ser realizados de forma eletrônica, dirigida a Comissão Permanente de Licitação, conter o número da concorrência eletrônica, a denominação da empresa/cidadão, número do CNPJ/CPF, telefone e endereço eletrônico para contato, devendo ser encaminhada por e-mail para o endereço eletrônico licitacao1@cismepar.org.br e licitacao3@cismepar.org.br.

3.3. Os pedidos de esclarecimentos ou impugnações serão analisados e julgados em até 03 (três) dias úteis contado do recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e a resposta será disponibilizada no sítio eletrônico do Cismepar www.cismepar.org.br, bem como no sítio www.gov.br/compras.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações não suspendem os prazos previstos no edital, podendo ocorrer a concessão de efeito suspensivo à impugnação como medida excepcional que deverá ser motivada pela Comissão Permanente de Licitação nos autos do processo.

3.5. Acolhida à impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

IV. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Concorrência eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

4.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, podendo a não observância ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- h) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- i) Pessoa jurídicas reunidas em consórcio;
- j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- k) Empresa cujo sócio, cotista ou dirigente seja empregado do Cismepar, cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim até o terceiro grau de empregado do Cismepar, ou que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

4.5. O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

V. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os licitantes deverão cadastrar a proposta **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, com o preço ofertado até a data e horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

5.2. O preço máximo não poderá ser superiores ao estimado na Tabela disposta no item 2.1 deste edital.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quais outros custos que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço e execução total da obra.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de responsabilidade do licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Inexiste impeditivo para a habilitação e está ciente que deverá comunicar ocorrências supervenientes;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.8. A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.1 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da sessão pública desta licitação será de forma automática, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

6.2. Durante a sessão pública, o sistema disponibilizará campo próprio para mensagens da Comissão Permanente de Licitação aos licitantes.

6.3. Aberta a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

- 6.4.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital, podendo ser ofertado somente lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.5.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à propostas que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (Cinquenta reais)**.
- 6.6.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.7.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10.** No caso de desconexão com a Comissão Permanente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão Permanente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão Permanente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.12.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.13.** Havendo eventual empate entre propostas, o desempate será feito mediante os critérios de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/21, que forem passíveis de aplicabilidade desse órgão.
- 6.14.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer com o preço superior ao valor máximo estipulado neste edital, a Comissão Permanente de Licitação fará a negociação com a empresa melhor classificada.
- 6.14.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.14.2.** Definido a melhor proposta a Comissão Permanente de Licitação fará a convocação dos participantes para manifestação de interesse de igualar seus preços à da proposta vencedora para compor o cadastro reserva.
- 6.14.3.** A negociação de preços e a convocação para o cadastro reserva serão realizadas por meio do sistema.
- 6.15.** A Comissão Permanente de Licitação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta conforme modelo da Anexo II adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 6.15.1.** É facultado a Comissão Permanente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.16. Após a negociação do preço, a Comissão Permanente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão Permanente de Licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

7.2. A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste edital.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão Permanente de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo de referência definido para a contratação;

- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- f) Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste edital;
- g) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento;
- h) Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação.
- i) Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

7.6. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. A proposta será objeto de diligência sobre a análise da composição dos preços, quando for detectado valor total da proposta de preço inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado.

7.8. Para comprovar exequibilidade, as licitantes deverão apresentar justificativas fundamentadas em documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual. Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a exequibilidade.

7.9. Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecução do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados e especificações constantes no edital e seus anexos, a licitante será desclassificada conforme Art. 59 §4º da Lei nº 14.133/2021.

7.10. Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

VIII. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue.

8.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- a) Para Empresa Individual: Registro Comercial; Para Sociedade Comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, consolidado ou acompanhado de todas as suas alterações, devidamente registrados; Para Sociedade por Ações: Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício; Para Sociedade Civil: Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício; Para Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

- a. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, referente aos créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União. (conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante referente aos tributos mobiliários e imobiliários, podendo ser conjuntas ou separadas;
- f) Prova de regularidade perante a justiça do trabalho.

8.4. Quanto à Qualificação Técnica:

- a) Registro ou inscrição da empresa no respectivo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), dentro do prazo de validade. Caso o registro não seja da jurisdição onde os serviços serão executados, a licitante vencedora deverá providenciar o visto ou registro secundário junto ao CREA/CAU competente, como condição para Emissão da Ordem de Serviço.
- b) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviços de fiscalização, supervisão, acompanhamento técnico ou gerenciamento de obras de edificações, compatíveis em porte e complexidade com o objeto desta contratação.

1. Será considerada compatível em porte a obra que atenda a pelo menos um dos seguintes parâmetros:

- i. Obra de edificação com valor global mínimo correspondente a 30% do valor estimado da obra objeto da fiscalização; ou
- ii. Obra de edificação com área construída igual ou superior a 30% da área total prevista para o empreendimento a ser fiscalizado; ou
- iii. Obra classificada como edificação de porte médio ou superior, conforme descrito no atestado e confirmado pela CAT.

- iv. A comprovação será feita mediante: Indicação expressa do valor global da obra no atestado; ou Indicação da área construída; ou Informação técnica constante da CAT emitida pelo CREA/CAU.
- 2. Será considerada compatível em complexidade a obra que apresente características técnicas semelhantes às do objeto, tais como:
 - i. Edificação pública ou privada não residencial;
 - ii. Existência de múltiplos sistemas construtivos e instalações prediais (elétrica, hidro sanitária, prevenção contra incêndio, climatização, entre outros);
 - iii. Empreendimento destinado a uso institucional, como unidades de saúde, educacionais, administrativas, hospitalares ou similares;
 - iv. A complexidade será verificada mediante: Descrição dos serviços constantes no atestado; Registro das atividades técnicas na Certidão de Acervo Técnico (CAT); Identificação das disciplinas técnicas envolvidas na obra.

8.4.1. Não será aceita a soma de atestados para fins de comprovação dos 30% do valor ou de 30% da área total prevista para a obra a ser fiscalizada, porém poderão ser apresentados atestados distintos para comprovação do porte e da complexidade.

8.5. Qualificação do Responsável Técnico e equipe técnica mínima:

8.5.1. Apresentar declaração de que possui equipe técnica mínima compatível com a complexidade da obra, composta por no mínimo:

- a) 01 (um) profissional legalmente habilitado, com registro regular no respectivo conselho profissional competente, para atuar como responsável técnico pelos serviços de fiscalização;
- b) 01 (um) profissional técnico de apoio, com formação compatível com as atividades de acompanhamento da execução da obra, medições e registros técnicos.

8.5.2. A empresa deverá apresentar as seguintes comprovações referentes ao responsável técnico indicado:

- a) Certidão de registro e regularidade do profissional no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU); Caso o registro seja oriundo de outra unidade da federação, deverá ser apresentado o visto ou registro secundário no CREA/PR ou CAU/PR como condição para assinatura do contrato e emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
 - b) Atestado de capacidade técnica em nome do profissional, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando experiência anterior em fiscalização, supervisão ou acompanhamento técnico de obras de edificações públicas ou privadas não residenciais, compatíveis em porte e complexidade com o objeto;
1. Para fins de comprovação do porte e complexidade serão considerados os mesmos critérios dispostos nas subalínea '1' e subalínea '2' da alínea 'b' do subitem 8.4.

- c) Declaração formal, conforme o anexo III, de que o profissional atuará como responsável técnico pelos serviços, com emissão da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução contratual.

8.5.3. Deverá ser comprovado o vínculo do profissional com a empresa em uma das seguintes formas:

- I. Contrato social, no caso de sócio;
- II. Contrato de trabalho registrado em CTPS;
- III. Contrato de prestação de serviços entre a empresa e o profissional pessoa física.

8.5.4. Declaração de independência:

- a) A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de vínculo direto ou indireto com a empresa executora da obra, assegurando a independência técnica e a segregação de funções conforme o anexo IV.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data fixada para a data da sessão pública.

8.7. Os documentos enviados deverão estar legíveis e sem rasuras, sendo que os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do seu subscritor.

8.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

8.9. Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos.

8.10. A verificação pela Comissão Permanente de Licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão Permanente de Licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.8.

8.13. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.13.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

IX. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.
- c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- d) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo.

9.11. Não havendo recurso, a Comissão Permanente de Licitação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo à autoridade competente para homologação.

X. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1. Para a formalização do Contrato Administrativo, a licitante vencedora deverá observar o seguinte:

- a) O CISMEDPAR disponibilizará o Contrato Administrativo para assinatura da licitante vencedora por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;
- b) Para assinatura via SEI a licitante vencedora deverá realizar um cadastro de usuário externo pelo seguinte link: https://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo gerar senha&id_orgao_acesso_externo=0
- c) A licitante vencedora deverá verificar se os dados constantes do documento estão corretos, comunicando imediatamente ao CISMEDPAR caso haja necessidade de correção;
- d) Estando corretos os dados constantes do documento, a licitante vencedora deverá realizar a assinatura **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da liberação do documento, sob pena de decair o direito de contratação. O prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação justificada da empresa aceita pelo CISMEDPAR;
- e) Assinado o documento, o CISMEDPAR liberará para a assinatura do presidente do consórcio e após publicará o extrato da mesma no diário do CISMEDPAR.

10.1.1. A comunicação de que trata as alíneas "c" deverão ser enviadas para o endereço eletrônico gestao1@cismepar.org.br , gestao2@cismepar.org.br , gestao3@cismepar.org.br e gestao5@cismepar.org.br.

10.2. A não devolução do contrato assinado no prazo estabelecido sujeitará a proponente vencedora à preclusão do direito à contratação, além da sanção prevista no Art. 90, § 2º, da Lei nº. 14.133/21, sem prejuízo das demais cominações legais pertinentes à matéria, especialmente perdas e danos, além da aplicação da multa prevista neste instrumento e assistirá o CISMEDPAR o direito de convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para adjudicação do objeto, ou revogar a licitação.

XI. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As licitantes ou contratadas que praticarem as infrações dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, ficarão sujeitos as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I. Advertência.
- II. Multa.
 - a) Compensatória.
 - b) De mora.
- III. Impedimento de licitar e contratar com o Cismepar.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta instrução normativa.

11.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do referido item.

11.4. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) Descumprimento de pequena relevância;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual.

11.5. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no instrumento contratual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - c) Não celebrar o instrumento contratual quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.
- I. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- II. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do instrumento contratual;
- III. De 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o do instrumento contratual em caso de:
 - a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual;
 - b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do instrumento contratual;
 - c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) Prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
 - f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
 - g) Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - h) Dar causa à inexecução total do objeto do instrumento contratual;

11.6. Naqueles do instrumento contratual; que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação estipulado no instrumento convocatório.

11.7. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I. Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros instrumentos contratuais firmados com o contratado;
- II. Descontado do valor da garantia prestada;
- III. Pago por meio de guia de pagamento emitida pelo Cismepar;
- IV. Cobrado judicialmente.

11.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- II. Dar causa à inexecução total do instrumento contratual;:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) anos.
- III. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) meses.
- IV. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 06 (seis) meses.
- V. Não celebrar do instrumento contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- VI. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Pena – impedimento pelo período de 03 (três) até 06 (seis) meses.

11.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual:
Pena – de 01 (um) até 04 (quatro) anos.
- II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual:
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – de 01 (um) até 05 (cinco) anos.

V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

11.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no item 13.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

XII. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

12.1. Fica assegurado ao Cismepar o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

12.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

12.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

12.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

12.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados

XIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão Permanente de Licitação.

13.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

13.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio do CISMEDPAR www.cismepar.org.br, bem como no endereço: www.gov.br/compras.

13.11. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Modelo da Proposta;
- c) ANEXO III – Declaração formal de que o profissional atuará como responsável técnico pelos serviços;
- d) ANEXO IV – Declaração de independência;
- e) ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato;

13.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, para solucionar eventuais questões decorrentes desta licitação.

Londrina, 24 de Abril de 2026.

Diego Augusto Buffalo Gomes
DIRETOR EXECUTIVO
CISMEDPAR

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO SEI Nº: 81.000281/2026-95

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para serviços técnicos profissionais de engenharia destinados à fiscalização, acompanhamento técnico, conferência de medições, emissão de relatórios técnicos e apoio à gestão contratual da retomada da obra de construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, empreendimento a ser executado com recursos oriundos de contrato de repasse celebrado junto à Caixa Econômica Federal conforme especificações constantes neste instrumento.

1.2. O objeto é classificado como serviço especial de engenharia nos termos do artigo 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021 por envolver fiscalização com controle e responsabilidade técnica, conferência e aprovações de medições aos quais necessitam de juízo técnico especializado para serem executados.

1.3. O contrato decorrente da licitação terá vigência de 20 meses seguindo a mesma lógica utilizada para o contrato de execução da obra (16 meses para conclusão da obra conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela Caixa Econômica Federal, mais 04 meses para trâmites legais de recebimento/pagamento e documentação legal da conclusão da obra), podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do CISMENPAR – exercício 2026.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

Item	Descrição	Unid.	Quant. Estimada	Valor Total Estimado
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA DESTINADOS À FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, CONFERÊNCIA DE MEDIÇÕES, EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS E APOIO À GESTÃO CONTRATUAL DE OBRA.	UND.	01	R\$ 294.011,18
Valor máximo estimado: R\$ 294.011,18 (duzentos e noventa e quatro mil onze reais e dezoito centavos)				

2.1. A fiscalização abrangerá toda a execução física e financeira da obra, desde o início da retomada da obra até o recebimento provisório e apoio técnico ao recebimento definitivo,

incluindo o acompanhamento dos trâmites necessários ao encerramento contratual da obra.

2.2. A contratada ficará responsável pela fiscalização técnica da obra, e os serviços a serem prestados compreenderá, no mínimo:

a) acompanhamento sistemático da execução da obra, com verificação da conformidade dos serviços executados em relação aos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovado;

b) análise técnica e validação das medições mensais apresentadas pela empresa executora, com conferência de quantitativos, percentuais executados e compatibilidade com os serviços efetivamente realizados em campo;

c) elaboração de relatórios técnicos periódicos de acompanhamento da obra, contendo registros circunstanciados da evolução física, análise de desempenho da contratada, apontamento de eventuais inconformidades e recomendações técnicas;

d) emissão de pareceres técnicos fundamentados quanto à aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação de medições e serviços executados;

e) registro formal de não conformidades, com indicação das medidas corretivas necessárias e acompanhamento da regularização;

f) verificação da qualidade dos materiais empregados e da adequação dos métodos construtivos adotados, observando as normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis;

g) acompanhamento do cumprimento do cronograma físico-financeiro, com análise de eventuais atrasos e suas justificativas;

h) apoio técnico à Administração na análise de pedidos de aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogações de prazo e demais alterações contratuais relacionadas à obra;

i) acompanhamento e apoio técnico no recebimento provisório da obra, mediante verificação da conformidade integral dos serviços executados;

j) emissão de manifestação técnica conclusiva ao término da obra.

2.3. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, às normas técnicas aplicáveis às obras de engenharia, às cláusulas do contrato da obra, bem como às normas, manuais, diretrizes e sistemas da Caixa Econômica Federal aplicáveis aos contratos de repasse com recursos da União, especialmente aos relacionados a

- acompanhamento físico-financeiro da obra;
- validação de medições e relatórios de execução;
- registros fotográficos e técnicos exigidos;

- alimentação e atualização dos sistemas utilizados pela CAIXA para contratos de repasse, quando necessários;
- atendimento às exigências para liberação de parcelas e prestações de contas.

2.4. Ressalta-se que a presente contratação não transfere à empresa contratada a responsabilidade pela execução da obra, a qual permanece integralmente atribuída à empresa executora contratada para tal finalidade, cabendo à empresa ora contratada exclusivamente a atuação técnica de fiscalização, acompanhamento e assessoramento especializado à Administração Pública.

3. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEDPAR encontra-se em fase de início da licitação para a retomada e conclusão da obra do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, empreendimento estratégico para a ampliação e qualificação da oferta de serviços especializados de saúde à população consorciada.

3.2. A execução de obra de engenharia dessa natureza exige acompanhamento técnico permanente, com fiscalização especializada capaz de verificar a conformidade dos serviços executados com os projetos, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis, cronograma físico-financeiro, medições, qualidade dos materiais empregados e observância das obrigações contratuais por parte da futura contratada.

3.3. Entretanto, o CISMEDPAR não dispõe, em seu quadro próprio de pessoal, de profissional legalmente habilitado e com qualificação técnica específica para exercer a fiscalização da retomada e conclusão da referida obra, o que inviabiliza a adequada gestão técnica do contrato apenas com recursos humanos internos.

3.4. A ausência de fiscalização técnica especializada poderá acarretar riscos significativos à Administração, tais como:

- execução de serviços em desacordo com os projetos e especificações técnicas;
- falhas construtivas e comprometimento da qualidade e da segurança da edificação;
- dificuldades na aferição correta das medições e dos pagamentos;
- atrasos injustificados na execução do cronograma;
- aumento do risco de aditivos indevidos e de prejuízos ao erário;
- responsabilização dos gestores por falhas na condução e no acompanhamento da obra.

3.5. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para a fiscalização da obra, como solução técnica adequada e necessária para assegurar a correta execução do empreendimento, a observância do interesse público, a mitigação de riscos e o atendimento aos princípios da eficiência, da legalidade e da boa governança nas contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. A solução proposta para atendimento da necessidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema – CISMEDPAR, consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia destinados à fiscalização, acompanhamento técnico, conferência de medições, emissão de relatórios

técnicos e apoio à gestão contratual da retomada e conclusão da obra do Centro Especializado em Reabilitação – CER III.

4.2. A adoção dessa solução decorre da inexistência, no quadro próprio do CISMEDPAR, de profissional legalmente habilitado e com qualificação técnica específica para exercer as atribuições de fiscalização técnica de obra de engenharia de médio porte, especialmente considerando tratar-se de empreendimento na área da saúde, executado com recursos da União por meio de contrato de repasse operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, o que impõe rigor técnico, controle documental e conformidade com normas específicas do agente financeiro.

4.3. A solução contempla a atuação contínua e integrada da fiscalização durante todo o período de execução da obra, abrangendo o acompanhamento sistemático da execução física dos serviços, a análise técnica das medições apresentadas pela empresa executora, a verificação da conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, bem como a emissão de manifestações técnicas fundamentadas quanto à regularidade dos serviços executados.

4.4. Além disso, a fiscalização atuará como suporte técnico à Administração na tomada de decisões relacionadas à execução contratual da obra, incluindo análise de pedidos de prorrogação de prazo, eventuais alterações quantitativas ou qualitativas, justificativas de atrasos, reequilíbrio econômico-financeiro e demais situações que demandem avaliação técnica especializada.

4.5. A solução também contempla a atuação no recebimento provisório da obra e o apoio técnico aos procedimentos de encerramento contratual, assegurando que a edificação seja entregue em conformidade com os projetos aprovados, normas técnicas aplicáveis e exigências da Caixa Econômica Federal, mitigando riscos de inconformidades, glosas, responsabilizações futuras ou prejuízos ao erário.

4.6. Do ponto de vista jurídico e procedimental, a contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Concorrência, com critério de julgamento pelo menor preço, por se tratar de serviço técnico especializado de engenharia, cujo escopo é objetivamente definido, sendo a qualidade assegurada por requisitos mínimos rigorosos de qualificação técnica e por obrigações contratuais claramente estabelecidas.

4.7. A forma de remuneração adotada será por percentual incidente sobre o valor global da obra, metodologia amplamente utilizada em contratações de fiscalização de obras públicas, por assegurar proporcionalidade entre a remuneração, o porte do empreendimento e o nível de responsabilidade técnica envolvido.

4.8. Dessa forma, a solução proposta revela-se tecnicamente adequada, juridicamente amparada e economicamente vantajosa, pois assegura controle técnico qualificado, correta aplicação dos recursos públicos federais, mitigação de riscos contratuais e viabilização da conclusão da obra do CER III com qualidade, segurança e observância aos princípios da eficiência, legalidade, planejamento e interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia destinados à fiscalização da retomada e conclusão da obra do Centro Especializado em Reabilitação – CER III observará os seguintes requisitos mínimos cuja comprovação deverá ser realizada conforme a fase do certame, nos seguintes termos:

5.2. Requisitos a serem comprovados na fase de habilitação:

5.2.1. Habilitação jurídica, fiscal e trabalhista:

a) Deverá ser apresentado documentos/certidões padrões dos editais do órgão conforme legislação;

5.2.2. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Deverá ser apresentada certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa;

5.3. Qualificação Técnica da Empresa:

5.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto mediante:

a) Registro ou inscrição da empresa no respectivo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), dentro do prazo de validade. Caso o registro não seja da jurisdição onde os serviços serão executados, a licitante vencedora deverá providenciar o visto ou registro secundário junto ao CREA/CAU competente, como condição para Emissão da Ordem de Serviço.

b) Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviços de fiscalização, supervisão, acompanhamento técnico ou gerenciamento de obras de edificações, compatíveis em porte e complexidade com o objeto desta contratação.

b.1) Será considerada compatível em porte a obra que atenda a pelo menos um dos seguintes parâmetros:

I – Obra de edificação com valor global mínimo correspondente a 30% do valor estimado da obra objeto da fiscalização; ou

II – Obra de edificação com área construída igual ou superior a 30% da área total prevista para o empreendimento a ser fiscalizado; ou

III – Obra classificada como edificação de porte médio ou superior, conforme descrito no atestado e confirmado pela CAT.

IV - A comprovação será feita mediante: Indicação expressa do valor global da obra no atestado; ou Indicação da área construída; ou Informação técnica constante da CAT emitida pelo CREA/CAU.

b.2) Será considerada compatível em complexidade a obra que apresente características técnicas semelhantes às do objeto, tais como:

I – Edificação pública ou privada não residencial;

II – Existência de múltiplos sistemas construtivos e instalações prediais (elétrica, hidro sanitária, prevenção contra incêndio, climatização, entre outros);

III – Empreendimento destinado a uso institucional, como unidades de saúde, educacionais, administrativas, hospitalares ou similares;

IV - A complexidade será verificada mediante: Descrição dos serviços constantes no atestado; Registro das atividades técnicas na Certidão de Acervo Técnico (CAT); Identificação das disciplinas técnicas envolvidas na obra.

5.3.2. Não será aceita a soma de atestados para fins de comprovação dos 30% do valor ou de 30% da área total prevista para a obra a ser fiscalizada, porém poderão ser apresentados atestados distintos para comprovação do porte e da complexidade

5.4. Qualificação do Responsável Técnico e equipe técnica mínima:

5.4.1. Apresentar declaração de que possui equipe técnica mínima compatível com a complexidade da obra, composta por no mínimo:

- a) 01 (um) profissional legalmente habilitado, com registro regular no respectivo conselho profissional competente, para atuar como responsável técnico pelos serviços de fiscalização;
- b) 01 (um) profissional técnico de apoio, com formação compatível com as atividades de acompanhamento da execução da obra, medições e registros técnicos.

5.4.2. A empresa deverá apresentar as seguintes comprovações referentes ao responsável técnico indicado:

a) Certidão de registro e regularidade do profissional no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU); Caso o registro seja oriundo de outra unidade da federação, deverá ser apresentado o visto ou registro secundário no CREA/PR ou CAU/PR como condição para assinatura do contrato e emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

b) Atestado de capacidade técnica em nome do profissional, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando experiência anterior em fiscalização, supervisão ou acompanhamento técnico de obras de edificações públicas ou privadas não residenciais, compatíveis em porte e complexidade com o objeto;

b.1) Para fins de comprovação do porte e complexidade serão considerados os mesmos critérios dispostos nas alíneas b.2 do subitem 5.3.1 e subitem 5.3.2.

c) Declaração formal de que o profissional atuará como responsável técnico pelos serviços, com emissão da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução contratual.

5.4.2. Deverá ser comprovado o vínculo do profissional com a empresa em uma das seguintes formas:

- I. Contrato social, no caso de sócio;
- II. Contrato de trabalho registrado em CTPS;
- III. Contrato de prestação de serviços entre a empresa e o profissional pessoa física.

5.4.3. A equipe mínima deverá ser suficiente para acompanhar, analisar e atestar os serviços executados, medições, cronogramas, qualidade dos materiais e conformidade da execução com os projetos, memoriais descritivos, normas técnicas da ABNT e demais exigências contratuais, cabendo à contratada avaliar a necessidade de disponibilização de profissionais adicionais, sem prejuízo do atendimento integral às obrigações contratuais.

5.5. A exigência de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto busca assegurar que a empresa já tenha desempenhado atividades similares de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras de edificações, demonstrando experiência prática na análise de projetos, validação de medições, acompanhamento de cronogramas e emissão de relatórios técnicos, bem como a exigência de profissional legalmente habilitado, com registro regular no respectivo conselho profissional e comprovação de experiência anterior compatível, decorre da própria natureza do objeto, que envolve responsabilidade técnica formal e emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

5.6. As exigências de qualificação econômico-financeira e técnica mostram-se proporcionais, razoáveis e diretamente relacionadas à complexidade e à relevância do objeto, não restringindo indevidamente a competitividade, mas assegurando a seleção de empresa efetivamente capacitada para executar a fiscalização da obra do CER III com qualidade, continuidade e segurança.

5.7. Dessa forma, as exigências encontram amparo legal, atendem aos princípios da eficiência, da proporcionalidade, da razoabilidade e da proteção ao interesse público, sendo imprescindíveis para a adequada condução da contratação.

5.8. Declaração de independência:

5.8.1. A licitante deverá apresentar declaração de inexistência de vínculo direto ou indireto com a empresa executora da obra, assegurando a independência técnica e a segregação de funções.

5.9. Requisitos a serem comprovados na fase de execução contratual:

5.9.1. Após a assinatura do contrato, a contratada deverá:

- a) Emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de fiscalização;
- b) Apresentar plano inicial de trabalho contendo metodologia de acompanhamento da obra, modelo de relatório técnico e sistemática de conferência de medições;
- c) Manter equipe técnica mínima composta por:

- d) Executar os serviços com independência técnica, sem qualquer vínculo com a empresa executora da obra;
- e) Observar integralmente as normas técnicas da ABNT, a Lei nº 14.133/2021, as cláusulas do contrato da obra e as normas e manuais da Caixa Econômica Federal aplicáveis aos contratos de repasse;
- f) Apresentar relatórios técnicos periódicos, manifestações técnicas fundamentadas sobre medições e relatório conclusivo ao término da obra.

6. MODELO DE EXECUÇÃO:

6.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço, após assinatura do contrato e apresentação das condições de mobilização exigidas pelo CISMEPAR.

6.2. Como condição para emissão da Ordem de Serviço e início da execução contratual, a contratada deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato:

1. **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, devidamente registrada no CREA/PR ou CAU/PR, referente aos serviços de fiscalização da obra;
2. **Comprovação de visto ou registro secundário no CREA/PR ou CAU/PR**, caso a empresa ou o profissional responsável técnico possuam registro originário em outra unidade da federação;
3. **Plano inicial de trabalho**, contendo:
 - I. Metodologia de acompanhamento da obra;
 - II. Modelo de relatório técnico a ser adotado;
 - III. Sistemática de conferência de medições;
 - IV. Periodicidade de visitas técnicas, que deverá ser de no mínimo 1 visita semanal;
 - V. Forma de registro e comunicação de não conformidades;

6.2.1. Somente após a conferência e aprovação desses documentos pela Administração será emitida a Ordem de Serviço autorizando o início da execução.

6.3. A prestação dos serviços de fiscalização terá natureza contínua e estará diretamente vinculada à execução física e financeira da obra, sendo desenvolvida de forma proporcional ao seu andamento. Não haverá execução autônoma ou desvinculada da obra fiscalizada, de modo que a atuação da contratada acompanhará todas as etapas da construção, desde a emissão da ordem de serviço da obra até o recebimento provisório e apoio técnico ao recebimento definitivo.

6.4. Caso a obra sofra suspensão, paralisação formal ou atraso justificado, a execução dos serviços de fiscalização será igualmente suspensa ou ajustada, sem que isso gere direito automático à remuneração durante o período de inatividade, ressalvadas eventuais atividades técnicas formalmente demandadas pela Administração.

6.5. A execução dos serviços deverá ser realizada conforme disposto na cláusula segunda deste Termo de Referência e observar integralmente:

- A Lei nº 14.133/2021;
- As normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- As cláusulas do contrato da obra;
- As normas, manuais e diretrizes da Caixa Econômica Federal aplicáveis aos contratos de repasse.

6.6. A empresa anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a contratada emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.8. A contratada deverá informar ao gestor de contratos do Cismepar, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a contratada comunicará o fato imediatamente ao gestor de contrato.

6.10. O recebimento dos serviços observará o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021:

I – Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante atesto mensal dos serviços efetivamente prestados, após a verificação da conformidade dos relatórios técnicos apresentados, da execução das atividades previstas no período e do cumprimento das obrigações contratuais correspondentes à etapa avaliada.

6.11. O recebimento provisório não exclui a responsabilidade civil e técnica da contratada pelos serviços executados, nem implica aceitação definitiva de eventuais inconsistências posteriormente identificadas.

II – Definitivamente, pelo gestor do contrato, ao final da vigência contratual, após:

- a) verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais;
- b) análise e aprovação do relatório técnico conclusivo da fiscalização;
- c) confirmação de que todas as pendências técnicas e administrativas foram sanadas;
- d) manifestação formal quanto à adequação dos serviços prestados.

6.12. O recebimento definitivo será formalizado mediante termo circunstanciado, que atestará a regular execução do objeto, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios ou falhas constatadas posteriormente, nos prazos legais aplicáveis.

6.13. Os pagamentos somente serão realizados após o recebimento provisório mensal dos serviços, devidamente atestados pela fiscalização, e observando-se as disposições contratuais e a regularidade fiscal da contratada.

6.14. Todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo deverão ser formalmente registrados no processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e adequada prestação de contas perante os órgãos de controle.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

7.1. A execução do objeto do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes empregados:

- FISCAL TITULAR RESPONSÁVEL: *Rafael Dalfito*
- FISCAL SUPLENTE RESPONSÁVEL: *Reinaldo Alves dos Santos*
- GESTOR DE CONTRATOS: *Nilton Cesar Benevenuto*

7.2. O fiscal de contrato deverá:

- a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- b) Manter registros detalhados de todas as transações relacionadas ao contrato/ata. Isso inclui recibos de entrega, faturas, relatórios, e-mails e qualquer outra correspondência relevante;
- c) Verificar os relatórios mensais, quando for o caso e as notas fiscais para fins de pagamento.
- d) Definir os principais indicadores e critérios que serão usados para monitorar o desempenho do contrato/ata.
- e) Manter uma comunicação regular com os contratados para discutir qualquer problema ou preocupação e garantir que ambos os lados estejam cientes de quaisquer mudanças nas condições ou requisitos do contrato/ata;
- f) O fiscal deverá informar o gestor de contratos, em tempo hábil, sobre todas as medidas que ultrapassar suas atribuições.

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

8.1. obrigações da contratada:

- a) Executar os serviços de fiscalização técnica da obra com estrita observância ao presente Termo de Referência, ao contrato firmado, à proposta apresentada e às normas técnicas aplicáveis.

- b) Disponibilizar responsável técnico legalmente habilitado, com registro regular no respectivo conselho profissional, promovendo a emissão da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) antes do início da execução dos serviços.
- c) Manter equipe técnica mínima exigida durante toda a vigência contratual, garantindo a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.
- d) Acompanhar sistematicamente a execução da obra, verificando a conformidade dos serviços executados com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovado.
- e) Analisar, conferir e validar as medições apresentadas pela empresa executora da obra, emitindo manifestação técnica fundamentada quanto à aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação.
- f) Elaborar e apresentar relatórios técnicos periódicos de acompanhamento da obra, contendo registros fotográficos, descrição da evolução física, apontamento de inconformidades e recomendações técnicas.
- g) Registrar formalmente as não conformidades identificadas e acompanhar a adoção das medidas corretivas pela empresa executora.
- h) Prestar apoio técnico à Administração na análise de pedidos de prorrogação, aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro e demais alterações contratuais relacionadas à obra.
- i) Atuar no processo de recebimento provisório da obra, emitindo manifestação técnica conclusiva quanto à conformidade dos serviços executados.
- j) Executar os serviços com independência técnica e imparcialidade, abstendo-se de manter qualquer vínculo direto ou indireto com a empresa executora da obra.
- k) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.
- l) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o CISMEPAR.
- m) Atender prontamente às notificações expedidas pela fiscalização do contrato e sanar, no prazo fixado, eventuais falhas ou irregularidades apontadas.
- n) Guardar sigilo sobre informações, documentos e dados aos quais tiver acesso em razão da execução do contrato.

8.2. Constituem obrigações do CISMEPAR:

- a) Designar formalmente gestor do contrato, fiscal técnico e fiscal administrativo, assegurando a adequada gestão e acompanhamento da execução contratual.
- b) Fornecer à contratada todas as informações, projetos, documentos e elementos técnicos necessários à adequada execução dos serviços.
- c) Permitir o acesso da contratada às dependências da obra e aos documentos relacionados à execução contratual da empresa executora.
- d) Notificar formalmente a contratada acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços.
- e) Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos em contrato, após o recebimento provisório dos serviços e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
- f) Analisar, por meio da equipe de gestão e fiscalização, os relatórios técnicos apresentados, deliberando sobre as providências necessárias à boa execução da obra.

- g) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- h) Manter organizados e atualizados os registros e documentos relativos à execução contratual, garantindo a transparência e a rastreabilidade dos atos praticados.

9. PAGAMENTO:

9.1. A contratada será remunerada pelo percentual ofertado (xx%) incidente sobre o valor bruta das medições mensais da obra devidamente aprovados pela Contratante.

9.2. O pagamento será realizado de forma proporcional ao avanço físico da obra mediante:

- a) aprovação da medição da obra;
- b) emissão de relatório técnico de fiscalização;
- c) recebimento provisório dos serviços de fiscalização.

9.3. O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro do consórcio, por processo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal no Cismepar.

9.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida sem rasuras, com data legível, constando a descrição do objeto, preço unitário e total, nº da licitação e também informar o número da conta corrente, nome do banco (preferencialmente Banco do Brasil) e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos. O Cismepar não realizará pagamento para terceiros, somente à contratada.

9.5. Como condição de pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

I – Documento de memória de cálculo demonstrando a aplicação do percentual contratado sobre o valor bruto da medição da obra aprovada no período correspondente;

II – Cópia da medição da obra devidamente atestada e aprovada pela Administração;

III – Relatório técnico referente ao período da medição, contendo as atividades desenvolvidas e a manifestação técnica quanto à medição da obra;

a) IV – Certidões de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e regularidade referente aos Tributos Federais vigentes.

9.5.1. A memória de cálculo deverá conter, no mínimo:

- Valor bruto da medição da obra no período;
- Percentual contratado para fiscalização;
- Valor apurado da remuneração correspondente;

9.6. O valor apresentado pela contratada estará sujeito à conferência e validação pelo fiscal e pelo gestor do contrato, que poderão promover ajustes, glosas ou correções caso sejam identificadas inconsistências.

9.7. Somente após a aprovação formal da memória de cálculo e o recebimento provisório dos serviços no período correspondente será autorizada a liquidação e o pagamento.

9.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à empresa e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Cismepar.

9.9. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do objeto.

9.10. Caso a obra sofra paralisação formalmente justificada ou suspensão contratual, o pagamento da fiscalização será igualmente suspenso durante o período de paralisação, ressalvadas as atividades técnicas extraordinárias formalmente demandadas pela Administração.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. A licitação será julgada pelo critério de **menor preço global**, considerando o valor estimado da contratação.

10.2. Para fins de operacionalização da disputa no sistema Compras.gov, o percentual estimado de 7,85% incidente sobre o valor da obra foi convertido em valor global estimado R\$ 294.011,18.

10.3. O valor apresentado pelo licitante no sistema corresponderá ao valor global estimado para execução integral dos serviços.

10.4. Para fins de transparência e vinculação contratual:

I – O licitante deverá informar, em sua proposta escrita, o percentual correspondente ao valor ofertado;

II – O percentual será apurado mediante a seguinte fórmula:

$$\text{Percentual ofertado \%} = \text{Valor Global Proposto} \div \text{Valor Estimado da Obra (R\$ 3.743.979,09)} \times 100$$

III – O percentual apurado será registrado no contrato e servirá como base para cálculo da remuneração durante toda a execução contratual.

10.5. O pagamento ocorrerá mediante aplicação do percentual contratado sobre o valor bruto das medições da obra efetivamente aprovadas.

10.6. O valor total do contrato será estimado, podendo variar para mais ou para menos conforme o valor final executado da obra.

10.7. O julgamento das propostas observará os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da vinculação ao instrumento convocatório, assegurando a transparência e a competitividade do certame.

11. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O valor estimado para a contratação é **R\$ 294.011,18 (duzentos e noventa e quatro mil onze reais e dezoito centavos)**.

11.2. O valor estimado foi obtido através de pesquisa de preços e aplicação do seguinte cálculo conforme mapa de cotação constante dos autos do processo:

Cotação: 9% de R\$ 3.743.979,09 = R\$ 336.958,12;

Cotação: 7,06% de R\$ 3.743.979,09 = R\$ 264.277,00;

Cotação: 7,5% de R\$ 3.743.979,09 = R\$ 280.798,43;

A média aritmética simples desses valores corresponde a R\$ 294.011,18,

11.2.1. Cabe registrar que a média aritmética simples dos percentuais (7,06%, 9% e 7,5%) corresponde a 7,85%, aplicando-se o percentual diretamente sobre o valor da obra (R\$ 3.743.979,09), obtém-se o valor estimado de R\$ 294.011,18.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTES DE RECURSOS:

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Cismepar deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

40 – 02.001.10.122.0001.2060. DIRETORIA EXECUTIVA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

12.2. Ultrapassado o exercício financeiro de 2026, o Cismepar adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

13. REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

13.1. Do Reajuste de Preços:

13.1.1. O preço contratado poderá ser reajustado, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base final para apresentação da proposta de preços, ou da data do último reajuste concedido, conforme o caso, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. O reajuste não será aplicado de forma automática, dependendo de solicitação expressa da contratada, a qual deverá ser apresentada por escrito.

13.1.2. O reajuste será aplicado exclusivamente sobre o saldo contratual a executar, não incidindo sobre as parcelas já executadas e pagas, respeitada a natureza do contrato sob o regime de empreitada por preço global.

13.1.3. O reajuste incidirá sobre o valor global do contrato.

13.1.4. Para fins de reajuste, será adotado o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha oficialmente a substituí-lo, por ser o indicador que melhor reflete a variação dos custos da construção civil.

13.1.5. A atualização dos valores será realizada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$VR = V_0 \times (INCC \text{ atual} / INCC \text{ base})$$

Onde:

- **VR** = valor reajustado;
- **V₀** = valor do saldo contratual a executar;
- **INCC atual** = índice correspondente ao mês de aplicação do reajuste;
- **INCC base** = índice correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado da licitação ou do último reajuste.

13.1.6. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não configurando alteração contratual.

13.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

13.2.1. Independentemente do reajuste previsto no item anterior, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qualquer tempo, quando formalmente solicitado pela contratada e comprovada a ocorrência de fatos supervenientes que tenham provocado desequilíbrio na equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Consideram-se aptos a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovados:

- fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- caso fortuito ou força maior;
- fato do príncipe;
- alterações unilaterais promovidas pela Administração que impactem os encargos do contratado.

13.2.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente instruído pela contratada, com demonstração técnica e econômica do impacto sofrido, vedada a recomposição automática de custos ou a simples alegação de elevação ordinária de preços de insumos.

13.2.4. O reequilíbrio econômico-financeiro, quando reconhecido, será formalizado por termo aditivo, observados os limites e condições legais aplicáveis.

14. EXTINÇÃO CONTRATUAL:

14.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por iniciativa do CISMEPAR, da contratada ou de forma consensual, mediante justificativa formal e observância do devido processo administrativo.

14.2. A rescisão poderá ocorrer, entre outros motivos, por descumprimento contratual, atraso injustificado na execução dos serviços, paralisação da obra sem autorização, falência ou dissolução da empresa, e demais situações previstas em lei.

15. DAS SANÇÕES:

15.1. A contratada estará sujeita às sanções previstas nos artigos 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser aplicadas, conforme a gravidade da infração, as seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. compensatória
- IV. de mora
- V. impedimento de licitar e contratar com o Cismepar;
- VI. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

15.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta instrução normativa.

15.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do referido item.

15.4. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) descumprimento de pequena relevância;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual.

15.5. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no instrumento contratual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- I. de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) não celebrar o instrumento contratual quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.

- I. de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- II. de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do instrumento contratual;
- III. de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o do instrumento contratual em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do instrumento contratual;;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do instrumento contratual;

15.6. Naqueles do instrumento contratual; que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação estipulado no instrumento convocatório.

15.7. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I. retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros instrumentos contratuais firmados com o contratado;
- II. descontado do valor da garantia prestada;
- III. pago por meio de guia de pagamento emitida pelo Cismepar;
- IV. cobrado judicialmente.

15.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- II. dar causa à inexecução total do instrumento contratual;;
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) anos.
- III. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) meses.
- IV. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 06 (seis) meses.
- V. não celebrar do instrumento contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Pena – impedimento pelo período de 03 (três) até 06 (seis) meses.

15.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual:
Pena – de 01 (um) até 04 (quatro) anos.
- II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual:
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.
- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:
Pena – de 01 (um) até 05 (cinco) anos.
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:
Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

15.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das

infrações previstas no item anterior, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Londrina, 13 de março de 2026.

Nome/Função dos colaboradores na elaboração do TR:

Adriano Costa Loiola – Curador Estratégico

Fabiane Ribeiro de Oliveira – Curadora Estratégica

Eduardo Terkelli de Souza
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/26

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/26

PROPOSTA DE PREÇO

Razão Social:		
CNPJ nº:		
Endereço:		
Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Agência n.º:	Conta corrente n.º:
Nome do Representante:		
CPF:		
RG:		

Especificação do item:

Item	Descrição do item	Unidade	Quantidade	Valor Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA DESTINADOS À FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, CONFERÊNCIA DE MEDIÇÕES, EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS E APOIO À GESTÃO CONTRATUAL DE OBRA.	UND	1	R\$ (...)
Valor total do Lote: R\$ (...) (por extenso)				

Valor da proposta: R\$(por extenso)

Prazo de validade da proposta:

Declaração: Declaro para os devidos fins, que estão incluídos no preço proposto todos os impostos, taxas, seguros, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes sobre os serviços a serem prestados.

Local, data

Identificação e assinatura do representante da empresa

OBS: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA EMPRESA JUNTAMENTE COM A ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE.

ANEXO III – DECLARAÇÃO FORMAL DE QUE O PROFISSIONAL ATUARÁ COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELOS SERVIÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/26
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/26

A empresa _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) CPF nº _____, declara para os devidos fins que o profissional _____, [Profissão - ex: Engenheiro Civil], inscrito no [CREA/CAU]-[UF] sob o nº _____, CPF nº _____, será o Responsável Técnico na função de Fiscal de Obra dos serviços/obras objeto da presente licitação.

Declara, ainda, que o referido profissional acompanhará e fiscalizará a execução da obra, zelando pelo fiel cumprimento do contrato, projetos, especificações técnicas e normas aplicáveis.

Compromete-se, também, a providenciar a emissão da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao conselho profissional competente, no início da execução contratual, conforme exigido no edital.

Por fim, declara que o profissional indicado possui capacidade técnica compatível com o objeto da licitação e que mantém vínculo com a empresa, nos termos exigidos no edital.

Local, data

Assinatura do representante da empresa

Nome do Responsável Técnico (Fiscal de Obra)

Assinatura do Responsável Técnico

OBS: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA EMPRESA JUNTAMENTE COM A ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/26

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/26

A empresa _____, CNPJ nº _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

Não possui qualquer vínculo direto ou indireto com a empresa executora da obra, seja de natureza societária, administrativa, técnica, comercial, trabalhista ou de qualquer outra forma que possa comprometer a isenção e a independência na execução dos serviços.

Declara, ainda, que garante a independência técnica e a segregação de funções, em conformidade o edital, assegurando que não haverá conflito de interesses durante toda a execução contratual.

Local, data

Assinatura do representante da empresa

OBS: EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA EMPRESA JUNTAMENTE COM A ASSINATURA DE SEU REPRESENTANTE.

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/26
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025

ID _____

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema, inscrito no CNPJ sob nº 00.445.188/0001-81, a seguir denominado **CISMENPAR**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Onício de Souza, brasileiro, casado, prefeito, portador do RG de nº 7.195.233-1 SSP/PR e do CPF/MF sob nº 023.700.329-52, residente e domiciliado na Rua Santo Amaro, nº 223, Centro, CEP 86.165-000, na cidade de Florestópolis, Estado do Paraná e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº: _____ com sede a Rua _____, na cidade de _____, Estado _____, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por xxxxxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº xxxxxxxxxxxx SSP/XX e inscrito no CPF/MF sob nº xxxxxxxxxxxx residente e domiciliado no município de xxxxxxxxxxxx/XX resolvem firmar o presente contrato em conformidade com o processo em epígrafe e com a proposta apresentada mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia destinados à fiscalização, acompanhamento técnico, conferência de medições, emissão de relatórios técnicos e apoio à gestão contratual da retomada da obra de construção do Centro Especializado em Reabilitação – CER III, conforme especificações estabelecidas neste contrato:

1.2. Das especificações detalhadas do objeto:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA DESTINADOS À FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO TÉCNICO, CONFERÊNCIA DE MEDIÇÕES, EMISSÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS E APOIO À GESTÃO CONTRATUAL DE OBRA.	UND	1	R\$
Valor Máximo do Lote: R\$... (....)				

1.2.1. A fiscalização abrangerá toda a execução física e financeira da obra, desde o início da retomada da obra até o recebimento provisório e apoio técnico ao recebimento definitivo, incluindo o acompanhamento dos trâmites necessários ao encerramento contratual da obra.

1.2.2. A contratada ficará responsável pela fiscalização técnica da obra, e os serviços a serem prestados compreenderá, no mínimo:

- acompanhamento sistemático da execução da obra, com verificação da conformidade dos serviços executados em relação aos projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovado;
- análise técnica e validação das medições mensais apresentadas pela empresa executora, com conferência de quantitativos, percentuais executados e compatibilidade com os serviços efetivamente realizados em campo;

- c) elaboração de relatórios técnicos periódicos de acompanhamento da obra, contendo registros circunstanciados da evolução física, análise de desempenho da contratada, apontamento de eventuais inconformidades e recomendações técnicas;
- d) emissão de pareceres técnicos fundamentados quanto à aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação de medições e serviços executados;
- e) registro formal de não conformidades, com indicação das medidas corretivas necessárias e acompanhamento da regularização;
- f) verificação da qualidade dos materiais empregados e da adequação dos métodos construtivos adotados, observando as normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis;
- g) acompanhamento do cumprimento do cronograma físico-financeiro, com análise de eventuais atrasos e suas justificativas;
- h) apoio técnico à Administração na análise de pedidos de aditivos, reequilíbrio econômico financeiro, prorrogações de prazo e demais alterações contratuais relacionadas à obra;
- i) acompanhamento e apoio técnico no recebimento provisório da obra, mediante verificação da conformidade integral dos serviços executados;
- j) emissão de manifestação técnica conclusiva ao término da obra.

1.2.3. Os serviços deverão ser executados em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, às normas técnicas aplicáveis às obras de engenharia, às cláusulas do contrato da obra, bem como às normas, manuais, diretrizes e sistemas da Caixa Econômica Federal aplicáveis aos contratos de repasse com recursos da União, especialmente aos relacionados a

- acompanhamento físico-financeiro da obra;
- validação de medições e relatórios de execução;
- registros fotográficos e técnicos exigidos;
- alimentação e atualização dos sistemas utilizados pela CAIXA para contratos de repasse, quando necessários;
- atendimento às exigências para liberação de parcelas e prestações de contas.

1.3. A presente contratação não transfere à empresa contratada a responsabilidade pela execução da obra, a qual permanece integralmente atribuída à empresa executora contratada para tal finalidade, cabendo à empresa ora contratada exclusivamente a atuação técnica de fiscalização, acompanhamento e assessoramento especializado à Administração Pública.

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou esta contratação e seus eventuais anexos.
- b) A proposta do contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) meses seguindo a mesma lógica utilizada para o contrato de execução da obra (16 meses para conclusão da obra conforme o

cronograma físico-financeiro aprovado pela Caixa Econômica Federal, mais 04 meses para trâmites legais de recebimento/pagamento e documentação legal da conclusão da obra), podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica e disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço e apresentação das condições de mobilização exigidas pelo CISMEDPAR.

3.2. Como condição para emissão da Ordem de Serviço e início da execução contratual, a contratada deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato:

1. **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, devidamente registrada no CREA/PR ou CAU/PR, referente aos serviços de fiscalização da obra;
2. **Comprovação de visto ou registro secundário no CREA/PR ou CAU/PR**, caso a empresa ou o profissional responsável técnico possuam registro originário em outra unidade da federação;
3. **Plano inicial de trabalho**, contendo:
 - I. Metodologia de acompanhamento da obra;
 - II. Modelo de relatório técnico a ser adotado;
 - III. Sistemática de conferência de medições;
 - IV. Periodicidade de visitas técnicas, que deverá ser de no mínimo 1 visita semanal;
 - V. Forma de registro e comunicação de não conformidades;

3.2.1. Somente após a conferência e aprovação desses documentos pela Administração será emitida a Ordem de Serviço autorizando o início da execução.

3.3. A prestação dos serviços de fiscalização terá natureza contínua e estará diretamente vinculada à execução física e financeira da obra, sendo desenvolvida de forma proporcional ao seu andamento. Não haverá execução autônoma ou desvinculada da obra fiscalizada, de modo que a atuação da contratada acompanhará todas as etapas da construção, desde a emissão da ordem de serviço da obra até o recebimento provisório e apoio técnico ao recebimento definitivo.

3.4. Caso a obra sofra suspensão, paralisação formal ou atraso justificado, a execução dos serviços de fiscalização será igualmente suspensa ou ajustada, sem que isso gere direito automático à remuneração durante o período de inatividade, ressalvadas eventuais atividades técnicas formalmente demandadas pela Administração.

3.5. A execução dos serviços deverá ser realizada conforme disposto na cláusula segunda deste Termo de Referência e observar integralmente:

- A Lei nº 14.133/2021;
- As normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- As cláusulas do contrato da obra;

- As normas, manuais e diretrizes da Caixa Econômica Federal aplicáveis aos contratos de repasse.

3.6. A empresa anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a contratada emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

3.8. A contratada deverá informar ao gestor de contratos do Cismepar, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a contratada comunicará o fato imediatamente ao gestor de contrato.

3.10. O recebimento dos serviços observará o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021:

- I. Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, mediante atesto mensal dos serviços efetivamente prestados, após a verificação da conformidade dos relatórios técnicos apresentados, da execução das atividades previstas no período e do cumprimento das obrigações contratuais correspondentes à etapa avaliada.

3.11. O recebimento provisório não exclui a responsabilidade civil e técnica da contratada pelos serviços executados, nem implica aceitação definitiva de eventuais inconsistências posteriormente identificadas.

II. Definitivamente, pelo gestor do contrato, ao final da vigência contratual, após:

- a) verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais;
- b) análise e aprovação do relatório técnico conclusivo da fiscalização;
- c) confirmação de que todas as pendências técnicas e administrativas foram sanadas;
- d) manifestação formal quanto à adequação dos serviços prestados.

3.12. 6.12. O recebimento definitivo será formalizado mediante termo circunstanciado, que atestará a regular execução do objeto, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios ou falhas constatadas posteriormente, nos prazos legais aplicáveis.

3.13. Os pagamentos somente serão realizados após o recebimento provisório mensal dos serviços, devidamente atestados pela fiscalização, e observando-se as disposições contratuais e a regularidade fiscal da contratada.

3.14. Todos os atos relacionados ao recebimento provisório e definitivo deverão ser formalmente registrados no processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade e adequada prestação de contas perante os órgãos de controle. .

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Obrigações do CISMEPAR:

- a) Designar formalmente gestor do contrato, fiscal técnico e fiscal administrativo, assegurando a adequada gestão e acompanhamento da execução contratual. b)

Fornecer à contratada todas as informações, projetos, documentos e elementos técnicos necessários à adequada execução dos serviços.

- b) Permitir o acesso da contratada às dependências da obra e aos documentos relacionados à execução contratual da empresa executora.
- c) Notificar formalmente a contratada acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços.
- d) Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos em contrato, após o recebimento provisório dos serviços e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.
- e) Analisar, por meio da equipe de gestão e fiscalização, os relatórios técnicos apresentados, deliberando sobre as providências necessárias à boa execução da obra.
- f) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- g) Manter organizados e atualizados os registros e documentos relativos à execução contratual, garantindo a transparência e a rastreabilidade dos atos praticados.

4.2. Obrigações da Contratada:

- a) Executar os serviços de fiscalização técnica da obra com estrita observância ao presente Termo de Referência, ao contrato firmado, à proposta apresentada e às normas técnicas aplicáveis.
- b) Disponibilizar responsável técnico legalmente habilitado, com registro regular no respectivo conselho profissional, promovendo a emissão da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) antes do início da execução dos serviços.
- c) Manter equipe técnica mínima exigida durante toda a vigência contratual, garantindo a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.
- d) Acompanhar sistematicamente a execução da obra, verificando a conformidade dos serviços executados com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovado.
- e) Analisar, conferir e validar as medições apresentadas pela empresa executora da obra, emitindo manifestação técnica fundamentada quanto à aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação.
- f) Elaborar e apresentar relatórios técnicos periódicos de acompanhamento da obra, contendo registros fotográficos, descrição da evolução física, apontamento de conformidades e recomendações técnicas.
- g) Registrar formalmente as não conformidades identificadas e acompanhar a adoção das medidas corretivas pela empresa executora.
- h) Prestar apoio técnico à Administração na análise de pedidos de prorrogação, aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro e demais alterações contratuais relacionadas à obra.
- i) Atuar no processo de recebimento provisório da obra, emitindo manifestação técnica conclusiva quanto à conformidade dos serviços executados.

- j) Executar os serviços com independência técnica e imparcialidade, abstendo-se de manter qualquer vínculo direto ou indireto com a empresa executora da obra.
- k) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.
- l) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato, não havendo qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e o CISMEDPAR.
- m) Atender prontamente às notificações expedidas pela fiscalização do contrato e sanar, no prazo fixado, eventuais falhas ou irregularidades apontadas.
- n) Guardar sigilo sobre informações, documentos e dados aos quais tiver acesso em razão da execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A execução do objeto do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos seguintes empregados:

- FISCAL TITULAR RESPONSÁVEL: Rafael Dalfito.
- FISCAL SUPLENTE RESPONSÁVEL: Reinaldo Alves dos Santos.

5.2. O fiscal de contrato deverá:

- a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- b) Manter registros detalhados de todas as transações relacionadas ao contrato/ata. Isso inclui recibos de entrega, faturas, relatórios, e-mails e qualquer outra correspondência relevante;
- c) Verificar os relatórios mensais, quando for o caso e as notas fiscais para fins de pagamento.
- d) Definir os principais indicadores e critérios que serão usados para monitorar o desempenho do contrato/ata.
- e) Manter uma comunicação regular com os contratados para discutir qualquer problema ou preocupação e garantir que ambos os lados estejam cientes de quaisquer mudanças nas condições ou requisitos do contrato/ata;
- f) O fiscal deverá informar o gestor de contratos, em tempo hábil, sobre todas as medidas que ultrapassar suas atribuições.

5.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As licitantes ou contratadas que praticarem as infrações dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, ficarão sujeitos as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- I. Advertência.
 - II. Multa;
 - a) Compensatória.
 - b) De mora.
 - III. Impedimento de licitar e contratar com o Cismepar.
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.2.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do instrumento contratual com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta instrução normativa.
- 6.3.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do referido item.
- 6.4.** A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- a) Descumprimento de pequena relevância;
 - b) Inexecução parcial de obrigação contratual.
- 6.5.** A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no instrumento contratual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
- I. De 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) Não celebrar o instrumento contratual quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.
 - I. De 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
 - II. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do instrumento contratual;
 - III. De 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o do instrumento contratual em caso de:
 - a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual;
 - b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do instrumento contratual;
 - c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
 - d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

- e) Prática de ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g) Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) Dar causa à inexecução total do objeto do instrumento contratual;

6.6. Naqueles do instrumento contratual; que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação estipulado no instrumento convocatório.

6.7. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

- I. Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros instrumentos contratuais firmados com o contratado;
- II. Descontado do valor da garantia prestada;
- III. Pago por meio de guia de pagamento emitida pelo Cismepar;
- IV. Cobrado judicialmente.

6.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do instrumento contratual que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- II. Dar causa à inexecução total do instrumento contratual;
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 03 (três) anos.
- III. Não celebrar o instrumento contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
Pena – impedimento pelo período de 01 (um) até 02 (dois) anos.
- IV. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
Pena – impedimento pelo período de 03 (três) até 06 (seis) meses.

6.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do instrumento contratual:

Pena – de 01 (um) até 04 (quatro) anos.

II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do instrumento contratual:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

IV. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena – de 01 (um) até 05 (cinco) anos.

V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena – de 01 (um) até 06 (seis) anos.

6.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no item 6.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$... (.....).

7.2. Os preços constantes na tabela do item 1.1 constituirão a única e completa remuneração pela prestação dos serviços, incluindo todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, entre outros necessários ao cumprimento integral da obra.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente da presente contratação será custeada com recursos federais oriundos do contrato de repasse firmado entre o Ministério da Saúde e o CISMEDPAR, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

8.2. Serão utilizados, complementarmente, recursos próprios e superávit financeiro de exercícios anteriores, devidamente disponíveis para aplicação e vinculados à finalidade da obra.

8.3. A execução orçamentária observará as normas de contabilidade pública, as regras de execução do convênio e o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 14.133/2021.

8.4. A comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira será efetuada mediante emissão de nota de empenho, observando a dotação específica consignada no orçamento do CISMEDPAR:

40 – 02.001.10.122.0001.2060. DIRETORIA EXECUTIVA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

8.5. Quaisquer alterações na fonte de custeio ou no cronograma de desembolso dependerão de prévia autorização da autoridade competente e da Caixa Econômica Federal, quando aplicável

8.6. Ultrapassado o exercício financeiro de 2026, o CISMEPAR adotará as medidas necessárias para assumir a dotação correspondente para o período.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. A contratada será remunerada pelo percentual ofertado (xx%) incidente sobre o valor bruta das medições mensais da obra devidamente aprovados pela Contratante.

9.2. O pagamento será realizado de forma proporcional ao avanço físico da obra mediante:

- a) aprovação da medição da obra;
- b) emissão de relatório técnico de fiscalização;
- c) recebimento provisório dos serviços de fiscalização.

9.3. O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro do consórcio, por processo legal, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal no Cismepar.

9.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida sem rasuras, com data legível, constando a descrição do objeto, preço unitário e total, nº da licitação e também informar o número da conta corrente, nome do banco (preferencialmente Banco do Brasil) e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos. O Cismepar não realizará pagamento para terceiros, somente à contratada.

9.5. Como condição de pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- I. Documento de memória de cálculo demonstrando a aplicação do percentual contratado sobre o valor bruto da medição da obra aprovada no período correspondente;
- II. Cópia da medição da obra devidamente atestada e aprovada pela Administração;
- III. Relatório técnico referente ao período da medição, contendo as atividades desenvolvidas e a manifestação técnica quanto à medição da obra;
- IV. Certidões de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e regularidade referente aos Tributos Federais vigentes.

9.5.1. A memória de cálculo deverá conter, no mínimo:

- Valor bruto da medição da obra no período;
- Percentual contratado para fiscalização;
- Valor apurado da remuneração correspondente;

9.6. O valor apresentado pela contratada estará sujeito à conferência e validação pelo fiscal e pelo gestor do contrato, que poderão promover ajustes, glosas ou correções caso sejam identificadas inconsistências.

9.7. Somente após a aprovação formal da memória de cálculo e o recebimento provisório dos serviços no período correspondente será autorizada a liquidação e o pagamento.

9.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à empresa e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Cismepar.

9.9. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do objeto.

9.10. Caso a obra sofra paralisação formalmente justificada ou suspensão contratual, o pagamento da fiscalização será igualmente suspenso durante o período de paralisação, ressalvadas as atividades técnicas extraordinárias formalmente demandadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Do Reajuste de Preços:

10.1.1. O preço contratado poderá ser reajustado, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data-base final para apresentação da proposta de preços, ou da data do último reajuste concedido, conforme o caso, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.2. O reajuste não será aplicado de forma automática, dependendo de solicitação expressa da contratada, a qual deverá ser apresentada por escrito.

10.1.3. O reajuste será aplicado exclusivamente sobre o saldo contratual a executar, não incidindo sobre as parcelas já executadas e pagas, respeitada a natureza do contrato sob o regime de empreitada por preço global.

10.1.4. O reajuste incidirá sobre o valor global do contrato.

10.1.5. Para fins de reajuste, será adotado o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro índice que venha oficialmente a substituí-lo, por ser o indicador que melhor reflete a variação dos custos da construção civil.

10.1.6. A atualização dos valores será realizada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
$$VR = V_0 \times (INCC \text{ atual} / INCC \text{ base})$$

Onde:

- VR = valor reajustado;
- V_0 = valor do saldo contratual a executar;
- INCC atual = índice correspondente ao mês de aplicação do reajuste;
- INCC base = índice correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado da licitação ou do último reajuste.

10.1.7. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não configurando alteração contratual.

10.2. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

10.2.1. Independentemente do reajuste previsto no item anterior, poderá ser concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a qualquer tempo, quando formalmente solicitado pela contratada e comprovada a ocorrência de fatos supervenientes que tenham provocado desequilíbrio na equação econômico-financeira originalmente pactuada, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

10.2.2. Consideram-se aptos a ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovados:

- fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- caso fortuito ou força maior;
- fato do príncipe;
- alterações unilaterais promovidas pela Administração que impactem os encargos do contratado.

10.2.3. O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente instruído pela contratada, com demonstração técnica e econômica do impacto sofrido, vedada a recomposição automática de custos ou a simples alegação de elevação ordinária de preços de insumos.

10.2.4. O reequilíbrio econômico-financeiro, quando reconhecido, será formalizado por termo aditivo, observados os limites e condições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. É vedada a subcontratação do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CISMEDPAR, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos ou previsão normativa, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Registros que não caracterizam alteração deste contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, por iniciativa do CISMEDPAR, da contratada ou de forma consensual, mediante justificativa formal e observância do devido processo administrativo.

13.2. A rescisão poderá ocorrer, entre outros motivos, por descumprimento contratual, atraso injustificado na execução dos serviços, paralisação da obra sem autorização, falência ou dissolução da empresa, e demais situações previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato está vinculado de forma total e plena ao **Processo Administrativo nº 008/26**, que lhe deu causa com esteio na **Concorrência Eletrônica nº 002/25** e seus anexos, na proposta apresentada pela empresa, sendo que todos esses documentos integram o presente contrato, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CISMEPAR divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Diário Eletrônico do Cismepar, bem como no respectivo sítio oficial na internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LGPD

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução deste contrato administrativo para finalidade distinta daquela do objeto do instrumento, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento deste contrato administrativo.

16.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

16.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CISMEPAR, para a execução deste contrato administrativo, tem acesso a dados pessoais dos representantes da empresa, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

16.5. A empresa declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CISMEPAR.

16.6. A empresa fica obrigada a comunicar ao CISMEPAR em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

16.7. A administração direta e indireta obedecerá aos princípios do art. 37, caput da Constituição Federal do Brasil, com ênfase ao princípio da publicidade, visando à aplicação da LGPD;

16.8. Mediante a assinatura deste contrato, nos termos do dever do princípio da publicidade, a empresa consente que os dados devam ser mantido em formato interoperável e estruturado para uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviço

público, bem como ao acesso do público em geral, respeitados o art. 6º e seus incisos da Lei 13.709/2018;

16.9. Nos termos da Lei nº 11.527/2011, a administração pública deverá assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e a observância da publicidade como preceito geral, desde que sejam realizados os tratamentos de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas, em veículos de fácil acesso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CISMEDPAR, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Londrina/PR, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento conforme assinaturas abaixo.

Londrina, ____ de ____ de 2026.

Presidente do CISMEDPAR

Representante legal da Empresa

Testemunhas:

1) Nome: _____

CPF nº: _____